

LGLA

ANÁLISE DOS VETOS
SUPRIDOS PELO
CONGRESSO NACIONAL

Mosello,



O QUE MUDOU?

A NOVA ARQUITETURA DE COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS

A reforma descentraliza definições técnicas, mas centraliza o comando da fiscalização no órgão licenciador.

REDEFINIÇÃO DE PAPÉIS: QUEM DEFINE O QUE?

+PROTAGONISMO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS:

eles definem o porte, potencial poluidor e tipologias de atividades.



EFEITO PRÁTICO: MULTAS PODEM SER ANULADAS.

Se o licenciador reconhecer a "não ocorrência de infração", autos de infração de outros órgãos cessam efeitos automaticamente.

FISCALIZAÇÃO CENTRALIZADA: QUEM TEM A PALAVRA FINAL?



FIM DA DUPLA PENALIZAÇÃO

"BIS IN IDEM"

A manifestação do órgão licenciador prevalece sobre a de outros entes.

LIMITES FEDERAIS MANTIDOS

Limites: devem respeitar a LC 140/2011 e não podem exigir licenciamento para o que a Lei Federal (LGLA) isentou expressamente nos arts. 8º e 9º.



DESBUROCRATIZAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA

Eliminada a exigência de anuência prévia do IBAMA para supressão de vegetação quando o licenciamento for estadual.

O QUE SAI DO REGIME PADRÃO?

DIFERENCIANDO NÃO-SUJEIÇÃO E DISPENSA

A nova lei estabelece duas categorias distintas para retirar atividades do rito comum de licenciamento: a não-sujeição (exclusão do regime) e a dispensa (exceção condicionada).

NÃO SUJEIÇÃO AO LICENCIAMENTO (EXCLUSÃO DO REGIME)

Atividades que a lei retirou quase integralmente da esfera do licenciamento ambiental, definindo um regime próprio.



Cultivo de espécies de interesse agrícola, temporárias, semiperenes e perenes;



Pecuária intensiva de pequeno porte (definido pelo Estado ou Município);



Pecuária extensiva e semi-intensiva;



Pesquisa agropecuária sem risco biológico, desde que previamente autorizada pelos órgãos competentes, respeitando a Lei nº 11.105/2005.

A REGRA: atividades e empreendimentos agrários são especificamente não sujeitos ao licenciamento.

O NOVO REQUISITO: protagonismo total para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Considera-se regular o imóvel com CAR, mesmo que pendente de homologação.

PONTO DE ATENÇÃO: risco de imagem no mercado internacional e embaraços em cadeias de suprimento globais (ex: EUDR) devido à flexibilização do requisito do CAR.

DISPENSA DE LICENCIAMENTO (EXCEÇÃO CONDICIONADA)

Atividades que, embora potencialmente poluidoras, receberam uma isenção legal específica e condicionada.



INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO (ART. 8º, VII)

A REGRA: dispensa para serviços e obras direcionados à manutenção e ao melhoramento.

CONDIÇÃO ESSENCIAL: deve ocorrer em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e servidão (ex: recapeamento de rodovias, manutenção de linhas de transmissão, dragagem de manutenção em portos).

PONTO DE ATENÇÃO: para a estabilidade da dispensa, é essencial a demonstração de inexistência de impactos adicionais.



SANEAMENTO BÁSICO (ART. 10º, § 2º)

A REGRA: dispensa temporária de licenciamento para Estações de Tratamento de Água (ETA) e Esgoto (ETE).

CONDIÇÃO TEMPORAL: válida até que sejam atingidas as metas de universalização previstas para 2033.

PONTO DE ATENÇÃO (RISCO CRÍTICO): dispositivo apontado como inconstitucional pelo MPF sob argumento de vedação à proteção insuficiente. Risco real de obras serem embargadas por liminares em Ações Cíveis Públicas.

O QUE TEVE O LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO?

RITO ÁGIL

Atividades que permanecem licenciáveis, mas com trâmite facilitado ou reclassificação jurídica.

Saneamento e Segurança

Energética: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) torna-se excepcional (apenas com justificativa), devendo-se adotar relatórios simplificados (RAS/RCA).

Pequenas Barragens (Irrigação):

classificadas como de "utilidade pública", o que viabiliza juridicamente a intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Regularização (Licença Corretiva - LOC):

possibilidade de uso de procedimento simplificado por adesão e compromisso (LAC) para regularizar atividades operando sem licença.

CONSULTA A ÓRGÃOS E COMUNIDADES

CPLI

O poder de influência dos órgãos intervenientes (FUNAI, IPHAN, etc.) foi severamente reduzido.

Manifestação Não-Vinculante: a manifestação das autoridades envolvidas não vincula a decisão da autoridade licenciadora.

O órgão ambiental pode emitir a licença mesmo com parecer contrário (mediante justificativa).

Silêncio Positivo: a ausência de manifestação no prazo legal (máx. 90 dias para EIA) não obsta o andamento do processo ou a expedição da licença.

Gatilho Restritivo para Consulta (Inclusive CPLI/OIT 169): a manifestação é obrigatória apenas se o empreendimento afetar:

1. Terras Indígenas com demarcação homologada;
2. Áreas de Quilombolas tituladas.

IMPACTO: A lógica da LGLA transpõe essa restrição territorial também para a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), gerando insegurança para áreas em fases anteriores de demarcação.

OUTROS PONTOS DE DESTAQUE

RADAR ESTRATÉGICO

"SAFE HARBOR" PARA BANCOS (ART. 58)

Mudança profunda na responsabilidade civil de financiadores, desafiando a jurisprudência do STJ.

Dever Limitado: o banco cumpre seu dever ao exigir a licença válida; não tem dever de fiscalizar a regularidade contínua.

Exclusão Total: se a licença foi exigida, o financiador não será responsabilizado por danos ambientais.

ASPECTOS CRIMINAIS E FUNCIONAIS

Abolitio Criminis Temporária: a solicitação espontânea de Licença Corretiva (LOC) extingue a punibilidade do crime de operar sem licença (art. 60 da Lei Federal nº 9.605/98).

Proteção ao Servidor Público: revogada a punição criminal para o funcionário que concede licença em desacordo com normas por culpa (negligência/imprudência). Apenas a conduta dolosa (intencional) permanece crime.



**ALERTA
VERMELHO**

PONTOS COM MAIOR RISCO DE JUDICIALIZAÇÃO

A promulgação dos vetos derrubados desloca a batalha do Legislativo para o Judiciário (STF). Há alta probabilidade de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) imediatas com pedidos de cautelar para suspender a eficácia dos dispositivos.

Os principais flancos de ataque jurídico já mapeados são:



RETROCESSO AMBIENTAL: violação ao Princípio da Proibição do Retrocesso Ecológico (Efeito Cliquet).



DISPENSA PARA SANEAMENTO: argumento de que a “urgência” do saneamento não autoriza o Estado a abdicar do controle de fontes poluidoras (vedação à proteção insuficiente).



AUTODECLARAÇÃO DE RISCO: inconstitucionalidade de permitir autodeclaração para empreendimentos de risco médio/alto.



DIREITOS DE COMUNIDADES: violação das regras de consulta e participação de comunidades tradicionais e vulneráveis (restrição a áreas homologadas/tituladas).



ÁREAS PROTEGIDAS: ausência de proteção especial a Unidades de Conservação, pela não vinculação ao posicionamento de órgãos como o ICMBio.



RESPONSABILIDADE BANCÁRIA: subversão da responsabilidade civil em matéria ambiental dos financiadores, que pode ser considerada restrição indevida à reparação integral do dano constitucional.